

VALOR ECONÔMICO

Gafisa enfrenta polêmica em assembleia

Governança: Proposta de limitar poder de voto no estatuto desagrada acionistas.

Ana Paula Ragazzi e Graziella Valenti | De São Paulo

29/04/2011

Duílio Calciolari, diretor da Gafisa: proposta de reforma do estatuto visa aprimorar mecanismos de governança.

A Gafisa leva para a assembleia hoje uma proposta polêmica. A empresa do ramo imobiliário quer incluir em seu estatuto uma limitação do poder de voto dos acionistas a 5% do capital. Ou seja, se um acionista tiver mais do que esse total não poderá utilizar para votar matérias importantes como eleições de conselheiros e mudanças estatutárias.

De um lado, a companhia acredita que a proposta é uma medida de governança importante para proteger a dispersão de seu capital, uma vez que nenhum de seus acionistas possui mais do que 5% da empresa. Do outro, os investidores viram uma ameaça em seu direito de investir mais na companhia e de ampliar sua participação nas decisões.

Essa sugestão da Gafisa faz parte de um conjunto de propostas para reformar o estatuto social e "aprimorar os mecanismos de governança, diante dos desafios lançados num contexto em que não há acionista controlador definido".

Entre as mudanças pretendidas, está a inclusão de uma cláusula que obriga qualquer acionista que atingir fatia de 30% da empresa a fazer uma oferta pública pela companhia por seu valor econômico. A empresa informa que está tomando medidas para se defender de uma eventual oferta hostil pelo controle. Esse tipo de medida costuma ser tomada pelos "donos", figura, que não existe na Gafisa.

"Com essas duas propostas, a intenção é proteger o melhor interesse do acionista", afirma Duílio Calciolari, diretor financeiro da Gafisa. Ele destaca que o pacote de propostas contém a eleição de um conselho de 9 integrantes, sendo que 8 são independentes.

A proposta de reforma do estatuto, em especial a limitação de voto a 5%, foi recebida como uma tentativa dos diretores de se perpetuar no poder por parte dos acionistas da companhia. Poucas empresas no mercado possuem esse tipo de cláusula, mas a Gafisa não seria a única. Entre as companhias que adotam esse tipo de regra está a própria BM&FBovespa.

A Polo Capital, gestora de recursos, detentora de um total próximo a 4% do capital da empresa, ficou "incomodada" com a mudança e votará contra a proposta. A sugestão mexe com o direito dos acionistas. Na opinião deles, os administradores deveriam se abster de votar a questão, pois a proposta beneficia a direção atual.

A Polo se organizou com outros acionistas, que reúnem 5% da Gafisa, para eleger um membro no conselho de administração. A gestora não é a única preocupada com o tema. O assunto tornou-se alvo de estudo de caso pela Associação Nacional de Investidores no Mercado de

Capitais (Amec). A organização decidiu emitir um documento aos seus associados e a outras entidades de mercado, dedicadas à governança, preocupada com o precedente.

Walter Mendes, presidente da Amec, disse que o objetivo da associação é chamar atenção para o exemplo da iniciativa. "A sugestão fere um dos pilares do Novo Mercado, que é o conceito de uma ação, um voto", disse ele. "Trata-se de um princípio que não pode ser tocado, independentemente das razões da companhia." A associação trabalhava no documento no fim da tarde de ontem.

A questão também não agradou a consultoria de voto ISS (Institutional Shareholder Service) que recomendou o voto contrário à reforma. O ISS não viu problemas na inserção de uma pílula de veneno pela companhia, mas criticou a sugestão de restrição do voto para "matérias importantes" a apenas 5% do capital.

Calciolari acredita que o agrupamento das propostas num único tema, reforma de estatuto, pode prejudicar as sugestões. Segundo ele, caso haja problemas, é possível que os temas sejam quebrados em votações individuais por item do estatuto numa próxima assembleia. "Por sermos pulverizados, nunca conseguimos realizar uma assembleia em primeira convocação. Para uma segunda, podemos mexer na forma de votação."

Mas ele reforçou que será uma decisão de maioria. A administração, em especial a diretoria, possui ações que juntas equivalem a 2% do capital da empresa. De acordo com Calciolari, eles podem votar na assembleia, mas se houver desconforto podem se abster na hora. "Esse não será o problema."

Com relação à oferta pública obrigatória para o acionista que alcançar 30% do capital, o executivo lembra que essa foi uma das propostas que não foi aprovada na reforma do Novo Mercado. "Nós recebemos cartas de acionistas pedindo para votar a favor. E fizemos isso", afirma.

Calciolari também ressalta que não houve mudanças no plano de remuneração concedidos aos executivos e conselheiros.

O aumento, de 2010 para 2011, do pagamento fixo de R\$ 2,8 milhões para R\$ 3,9 milhões e a alta no bônus previsto de R\$ 5,2 milhões para R\$ 7 milhões se devem ao crescimento no número de diretores de 5 para 7. Quanto à ausência de informações sobre os planos de opções, que renderam R\$ 3,8 milhões aos executivos no ano passado, ele explicou que não há mudança de política. O valor só não foi informado porque o benefício ainda não foi concedido, o que dificulta seu cálculo.